

## A ARTE EPISTOLAR NO RENASCIMENTO ESPANHOL: ERASMO DE ROTTERDAM E JUAN LUIS VIVES

Ricardo Hiroyuki Shibata

Em dois momentos magistrais, a arte epistolar no Renascimento espanhol aqueceu o debate intelectual entre humanistas de grande envergadura, recebendo o que viria ser a preceptiva do gênero: o primeiro deles, com Erasmo de Roterdã, secretário e conselheiro de Carlos V, rei da Espanha e imperador do Sacro-Império Romano Germânico; o segundo, com o valenciano Juan Luis Vives, preceptor de príncipes e defensor incansável dos estudos humanísticos.

O primeiro esforço de Erasmo na tentativa de compor uma arte epistolar foi o seu *Brevissima maximeque compendiarum confiendarum epistolarum formula*, publicada em Erfurt, em 1520. Ali, Erasmo define a epístola, seguindo os preceitos de Libânio, como “conversa (em tom familiar) entre duas pessoas ausentes” (*absentis ad absentem colloquium*), sendo *colloquium* definido aqui como *sermo* em oposição aos discursos de aparato da *contentio*, ou seja, dos debates de índole polêmica que figuravam nas arengas do fórum romano. Também distingue três gêneros epistolares e suas correspondentes subdivisões de acordo com as três *causae oratoriae*, cujo aporte se dá pela definição contida na *Institutio Oratoria* de Quintiliano, e com a expressão de multiplicidade (“peri polé”) de suas espécies; assim determina, para o gênero epistolar judicial – aquele dedicado à acusação ou defesa –, a divisão das epístolas em acusatória, incriminatória, invectiva, justificatória e recriminatória; para o deliberativo – aquele que trata do útil e do honesto –, estão as de índole suasória, dissuasória, hortatória, dehortatória, petitória, aconselhativa, amatória, comendatícia e monitória; e para o demonstrativo – que trata de louvar ou vituperar –, estão as epístolas laudatórias e vituperativas.

Sobre as partes da epístola, Erasmo prescreve que, a despeito de a epístola ser dividida tradicionalmente em quatro partes (*salutatio, exordium, narratio* e *conclusio*), é necessário se valer do saber prático (isto é, da prudência), pois não é sempre que todas elas podem entrar na composição. Nos gêneros judicial e deliberativo, que tratam de causas em litígio e com tema geralmente controverso, o exórdio é particularmente importante para captar a benevolência do auditório, não podendo, portanto, de nenhum modo, ser suprimido. Nesse ponto, em particular, Erasmo segue a tradição da *ars dictaminis* medieval que retomou, por sua vez, as lições do *Ad Herennium* e sua doutrina muito difundida que a principal tarefa do orador é encontrar através de certos dispositivos retóricos um bom começo para seu discurso, sem o qual a auditório nem mesmo daria atenção ao que seria dito posteriormente.

Quanto à disposição retórica (*dispositio*), deve-se ordenar cuidadosa e habilmente a matéria a ser tratada, fundando-se em exercícios de imitação de

bons autores, sobretudo através daqueles que se dedicaram e obtiveram maestria singular na escrita de epístolas – Cícero, Plínio, Políziano e Sêneca –, em especial, naquilo que se referia justamente à aquisição de riqueza vocabular e bom manejo dos ornatos.

Para a elocução, Erasmo recomenda as virtudes da clareza, simplicidade e concisão, com certo tom de “cuidado descuidado”, porém sempre se respeitando os decoros característicos de cada gênero do discurso. Assim, por exemplo, nas epístolas do gênero judicial, o estilo deve ser apaixonado e agressivo, com forte acento patético; e nas descrições do gênero demonstrativo, recomenda-se o uso ostensivo de digressões poéticas, vocabulário incomum e erudito com excelência de ornamentação, abundância de alusões históricas e referências diretas ou cifradas de obras poéticas (TRUEBA LAWAND, 1996, pp. 66-67; HENDERSON, 1998, p.345).

No *Libellus de conscribendis epistolis* (Cambridge, 1521), Erasmo, sem se ater a definições muito formais, aconselha que, na composição de qualquer tipo de epístola, o remetente deve expressar-se como se o destinatário estivesse presente e ao vivo, isto é, deve-se escrever de modo familiar e sem afetação, com elegância e brevidade (com o devido cuidado para que não falem ou sobrem palavras). Assim, Erasmo sublinha que se deve redigir como se estivesse sussurrando a um amigo num canto e não esbravejando num teatro diante de uma platéia (*cum amiculo in angulo susurres, non in theatro clames*), mesmo porque nada é mais indecoroso à familiaridade do que as palavras de aparato ou a grandiloquência afetada (*scenimus quidam verborum apparatus, et affectata grandiloquentia... tum ab epistolari familiaritate vehementer abhorret*) (TRUEBA LAWAND, op.cit., p.68; HENDERSON, op.cit., p. 347). Erasmo salienta, mais uma vez, retomando a definição já apresentada, que cabe à epístola o *sermo* e não a *oratio*.

Se no *Brevissima formula*, Erasmo dividia as epístolas segundo os gêneros oratórios, aqui, ele as divide, conforme a quantidade de temas, em mistas e simples, isto é, aquelas que possuem vários ou um só tema. Quanto às mistas, remete à norma canônica as epístolas de Cícero como fonte e origem abundante de exemplos. Quanto às simples, reformulando com acréscimos a classificação proposta pelo seu tratado epistolar anterior, distingue três tipos epistolares e suas diversas classes: a deliberativa (exortatória, dehortatória, suasória, dissuasória, consolatória, petítória, comendatícia, monítória e amatória), a demonstrativa (aquelas que desempenham as várias tarefas da prosopografia com a descrição de pessoas, cidades, campos, regiões, edifícios, templos, montes etc.) e a judicial (criminatoria, defensoria, postulatoria, purgatoria, exprobatória, invectiva e deprecatoria). Além disso, há um quarto tipo de epístola simples, distinta das três anteriores que seguem os gêneros oratórios, as de “gênero extraordinário” (nunciatória, comissiva, narratória, colaudatória, de ação de graças, lamentatória e jocosa) (TRUEBA LAWAND, op. cit., pp.68-69).

Em seu último tratado acerca do gênero epistolar, o *Opus de conscribendis epistolis* (Basiléia, 1522), Erasmo, ao contrário daquilo que havia sido proposto em suas proposições anteriores, declara que a epístola é, por natureza, um gênero capaz de variações infinitas e, portanto, qualquer esforço de sistematização para a preceptiva do gênero deveria necessariamente levar

em conta possibilidades mais flexíveis de sua formulação. Mesmo porque se a epístola admite infinidade de assuntos, não deve haver um único estilo epistolar, o que leva Erasmo a crer que os conceitos, tomados *a priori* de brevidade e simplicidade, cuja tradição tão fortemente a arte do *dictamen* e as coleções medievais de cartas haviam acentuado, não possuíam qualquer funcionalidade.

Dessa forma, para Erasmo, o estilo deveria conformar-se ao tema e a brevidade deveria ser entendida como a habilidade de dizer muito em poucas palavras, com o devido acréscimo e cuidado da observância daquela virtude da composição, cujas lições recomendavam ao bom discurso (no caso, a boa carta) nada poder sobrar ou faltar – por sinal, justamente aquilo que ele mesmo defendia em seus tratados anteriores. A todo esse conjunto, ele acresce ainda a crítica às noções tradicionais de ausência de elaboração e clareza pelo emprego ostensivo de rebuscamentos elocutivos, admitindo que a epístola pode conter ornatos variados com grande grau de sofisticação e destreza retórica e que, a depender do assunto, ocasião, lugar e destinatário, a expressão deve ser elegante, mesmo quando simples.

Nesse sentido, para Erasmo, qualquer estilo pode ser adequado para a escrita de epístolas, desde que se respeite, como sempre é ressaltado nas preceptivas retóricas, o decoro (os usos do *aptum*), vale dizer:

If the style is loquacious, it can be justified as having been written to an avid reader or to one with leisure; if erudite, to an erudite man; if artless, to an ignorant reader or one pleased by simplicity; if ornamented, to an antiquarian of ancient words; if soothing, to a friend; if frank, to a familiar; if harsh, to an inferior; if flattering, to an ambitious man.(HENDERSON, op.cit., p. 353)

Ao que se inclui que a clareza se refere aos usos gramaticais corretos do latim (*puritas* e *latinitas*) e de suas fontes retiradas de autores clássicos (*auctoritas*), com a elegância do estilo (*elegantia*), podendo ser obtida através de leitura, bons preceitos, estudo, imitação de *auctores* (a *aemulatio* de Cícero, Plínio e Poliziano, principalmente) e muita prática de escrita (*exercitatio ad usum*).

Para as partes da epístola, Erasmo examina sobretudo aquelas duas em que mais se detiveram os *dictatores* medievais. A *salutatio* deve conter apenas os nomes de quem escreve, primeiro, e, a seguir, o do destinatário, e não a série interminável de epítetos e títulos honoríficos, cuja operatividade e desempenho seriam mais eficazes na *narratio* do corpo da epístola. E na *captatio benevolentiae* do exórdio, sublinha Erasmo, deve-se esforçar por parecer o mais natural possível, encobrendo a arte contida na *dispositio* e evitando a restrição da liberdade por modelos fixos.

Se o *dictamen* medieval quase nenhuma atenção havia dado a parte final da carta, pois em muitos exemplos encontramos apenas um simples “*Vale(te)*” ou nem mesmo isso com a carta se fechando quase que como subrepticamente, Erasmo propõe que, para a *valedictio*, logo após as despedidas de praxe, pode-se salientar aquilo que se deseja ou algo que se esqueceu de dizer, isto é, justamente aquilo que prescreviam as artes retóricas clássicas: a *peroratio* é lugar e o momento mais adequado do orador ressaltar

mais uma vez o que é importante e se valer de todas as armas ao seu alcance para persuadir o auditório, abrindo caminho para uma gama muito grande de estratégias discursivas. Pode-se finalizar a carta, diz Erasmo, com lugar e data, não se admitindo despedidas supérfluas nem excessivamente elaboradas.

Quanto aos tipos de epístolas, Erasmo segue as considerações formuladas em seus tratados epistolares anteriores baseadas nas três *causae oratoriae* (RESENDE, 1988, p.22), e, a partir disso, as suas funções e classificações características, o que o opõe aos “tipos de epístolas” da classificação de Demétrio de Faleron, baseada na perspectiva da pessoa e não do assunto, e aos três tipos de Cícero (oficial, jocoso e grave), fundados em características gerais do estilo. Acresce-se a essa classificação erasmiana também a incorporação do quarto tipo de epístola – a do gênero familiar que não necessita de técnica retórica, com ênfase naquela que se destina ao intercâmbio intelectual. Entretanto, há dois tipos de epístolas deliberativas que Erasmo se detém em particular: a suasória, que procura incitar a vontade através de provas e das virtudes morais, e a exortatória, que incita a ações através das emoções (desprezo, esperança, medo, ódio, amor, piedade, rivalidade, expectativa, exemplo e súplica), pelo uso do dispositivo retórico da amplificação e pela mobilização dos lugares do patético e do estilo robusto e veemente.

Aqui, neste último tratado epistolar, para Erasmo, a grande renovação humanista é justamente aquela que rivaliza em grande parte, de um lado, com a arte epistolar medieval que restringiu o gênero às práticas administrativas das chancelarias reais, imperial e papal, submetendo os temas às partes do discurso antigo e a imitação calcada em modelos fixos, preceitos e regras formais, e ao decoro imperativamente adaptado as situações oficiais; e, de outro, com o modelo fixo ligado apenas à imitação de Cícero, amplamente aceito e cultivado pelos humanistas do período. Sob este aspecto, o princípio fundamental da variedade e infinidade de matérias do gênero epistolar e os diversos modos possíveis de sua formalização acabam por sinalizar o enorme peso em Erasmo das referências ao *aptum* doutrinado por Quintiliano, isto é, de que a composição do discurso não pode ficar refém de dados apriorísticos, porque dependente de muitas variáveis empíricas e contextuais. Entretanto, essa “flexibilidade” prescrita por Erasmo não pode, de forma alguma, confundir-se com desordem ou espontaneísmo, o que significaria no limite o próprio abandono da arte epistolar, porém, justamente, reflete a necessidade de adaptar a epístola de acordo com o contexto de enunciação, mesmo porque as inúmeras variáveis pragmáticas envolvidas em sua escrita em relação ao destinatário, à ocasião e ao estilo, demandariam longa preparação intelectual, cuja recompensa é o perfeito domínio do aparato linguístico.

Dessa forma, isto se articula perfeitamente aos objetivos pedagógicos da *Philosophia Christi* erasmiana presentes ao longo de toda a sua produção doutrinal e traduzida de modo particularmente efetivo nos exercícios escolares com objetivo de formar a engenhosidade discursiva pela aquisição do virtuosismo no gênero epistolar. Ou seja, como afirma Marc Fumaroli:

Ainsi le *De conscribendis epistolis*, pour rémplacer la rhétorique médiévale de la lettre, propose une méthode à deux étages: le premier,

réservé à l'enfance et à l'adolescence, met en oeuvre une pédagogie intelligente et sensible qui donne à *l'ingenium* du futur épistolier la maîtrise d'une culture, et d'un langage; le second ouvre les portes de la liberté et de la simplicité chrétiennes: les richesses de la *memoria* et les techniques de *l'eloquentia* sont à leur disposition pour répondre rapidement et avec justesse aux exigences infinies, jour après jour, de la parole épistolaire. (FUMAROLI, 1978, pp.890-891)

Como se disse, se há a superação dos modelos medievais dos *dictatores* e também dos humanistas contemporâneos de Erasmo, é exatamente porque a mesma "retórica aberta" proposta para o decoro das epístolas – mais próxima às linhas retóricas prescritas por Quintiliano, que já haviam sido formuladas no magistral e polêmico *Ciceronianus*, cujo tema central é a crítica da imitação servil do modelo de Cícero defendida pelos partidários da nova epistolografia – é aquela através da qual se pode chegar à verdadeira piedade cristã de mãos dadas com as práticas letradas (*cum elegantia litterarum pietatis christianae sinceritatem copulare*), ou melhor, a piedade cristã não pode se desarticular de modo algum do cultivo das boas letras (*ut cum bonis litteris floreat sincera pietas*) (RICO, 1997, p.113s).

Nesse sentido do valor pedagógico mais específico da preceptística epistolar, pode-se muito bem afirmar que a filosofia cristã de Erasmo, cujo núcleo se concentra na reforma moral e social, postula o retorno estratégico a um tempo anterior ao da decadência, no tempo presente, da Igreja Católica. Trata-se, antes de tudo, uma volta aos livros fundamentais – aquela "simplicidade cristã" de que fala Fumaroli –, cuja letra e cujo espírito foram corrompidos ao longo de séculos sombrios e por práticas nada piedosas.

Essa "idade de ouro" não se entende, em verdade, como uma quebra ou revolução das crenças e formulações fundamentais da ortodoxia católica – Erasmo nem de perto se aparenta a Lutero, a despeito de muito do que se dizia do segundo pudesse valer para o primeiro –, porém, estrategicamente, como tempo da memória reatualizada e ratificada. Uma memória que foi perdida ou esquecida durante os anos mais terríveis das trevas medievais e que enfatizara as filigranas teológicas mais inusitadas, ou mesmo durante a florescer das letras antigas com a imitação servil do modelo ciceroniano. Essa retomada do passado passa necessariamente pela ênfase na recuperação do sentido legítimo dos textos na esteira do projeto linguístico e filológico mais radical empreendido pelo humanismo. Vale dizer, a matéria fundante da teologia erasmiana reside na linguagem e nos aportes da retórica antiga, mesmo porque a propagação dessa teologia depende de sua capacidade de ação efetiva e de seus modos mais aptos à persuasão.

Quer dizer, para insistir nesse caráter humanista de Erasmo, basta referir aos princípios gerais do pensamento de Cícero:

A despeito de as demais artes tenderem a surgir de fontes recônditas, a arte de falar está no meio da praça como à disposição de qualquer um, ocupada nas práticas e na língua de todos; de sorte que se nos outros campos se chega tanto mais ao auge quanto mais se distancia da compreensão e mais próximo do parecer dos especialistas, no falar o

erro maior se avizinha de se distanciar do sentido corrente e dos modos de sentir comumente mais aceitos. (*De Oratore* 2,13)

A partir daqui, é possível compreender satisfatoriamente a crítica de Erasmo aos epistológrafos da Cúria papal em Roma, que se compraziam em macaquear avidamente o estilo ciceroniano. Para Erasmo, o discurso neles nascia não do amor e da fé cristãos ou do conhecimento dos mistérios divinos, mas tão somente da vontade de se fazer mais perto do modelo antigo. Nada tinham que ver com a ocasião, o público e o objetivo; distantes, portanto, do que rezava o preceito de dizer observando as variáveis pragmáticas envolvidas na situação de interlocução, ou para retomar a fórmula mais do que conhecida: dizer melhor é dizer com decoro (*si melius dicit qui dicit aptius*). Por isso, Francisco Rico explica que “la elocuencia obliga e expresarse *aptius apposite*, es decir, a conjugar las exigencias del tema y del lugar con las conveniencias del orador y del auditorio en unas determinadas circunstancias de lugar y tiempo” (RICO, op.cit., p.123). Ao que Erasmo diria certamente que se Cícero fora famoso em seu tempo, já não o era no de Catão ou de Ênio, onde existiam outros gostos; que conquanto o apóstolo Paulo havia afirmado que os bispos deveriam cuidar muito bem de suas esposas, hoje a Cristandade admite apenas o celibato clerical; e que, enfim, Cristo se pusera no deserto, mas não da mesma forma que João Batista; e que falou não como erudito, mas para que todos o entendessem.

Como afirma Trueba Lawand ao tratar as linhas gerais da arte erasmiana de escrever cartas, “el estilo epistolar es flexible, según lo dicta el tema y el decoro, pero siempre debe permanecer refinado (libre de defectos en la lengua) y educado; la expresión epistolar, como conversación entre amigos, debe ser simple, pero elegante, y breve” (TRUEBA LAWAND, op. cit., p.70). Isto em vista do caráter didático da emulação do professor em suas aulas e da situação de ensino-aprendizagem, e da necessidade premente de reforma religiosa (RICE JR., 1992, p.180); ambos, em oposição à redução da epístola aos limites estreitos de um só tipo estável, fundado em regras e fórmulas fixas apenas a serem preenchidas. Para Judith Henderson, o retrato da epístola oriundo dos tratados epistolares de Erasmo propõe que “the letter needs to please only the correspondent. It can therefore be distinguished from other genres by its flexibility of style. This redefinition of the letter allowed Erasmus to synthesize the medieval and classical traditions of epistolography while rejecting the legalism of both the *magistri nostri* and the ‘apes of Cicero” (HENDERSON, op. cit., p.355; e D’AMICO, 1991, p.129).

Com Erasmo, dá-se termo ao “sueño del humanismo”, para utilizar uma expressão lapidar de Francisco Rico, inaugurado com os esforços monumentais de Petrarca e seus discípulos mais diretos, porque “nunca después de Erasmo un desígnio análogo al suyo volverá a tener tanta repercusión, nunca outra vez moverá tantas voluntades, la esperanza de dar una respuesta cabal a los problemas del mundo contemporáneo, renovando profundamente la sociedad y las conciencias, gracias a un programa inspirado en la *sudia humanitatis*”. Isto a despeito de se notar que se as obras erasmianas figuravam nos *Index* e nos *Rol* de livros proibidos no século XVI vedados pela Inquisição, suas obras de retórica e oratória, como os tratados epistolares que vimos examinando aqui,

foram em grande parte salvaguardadas, não constando, salvo raríssimas exceções e que não foram mantidas subseqüentemente, da lista dos “livros defesos” (SÁ, 1977).

Pois bem, se os tratados epistolares de Erasmo apresentam as linhas de força centrais fundadas nas questões de retórica, em especial, pela escolha das três *causae oratoriae* como categorias analíticas, ressentindo-se portanto em grande medida dos problemas dos ornatos adequados a cada tipo de epístola, o valenciano Juan Luis Vives, ainda no século XVI, em seu *De conscribendis epistolis* (Basilea, 1536), a despeito de seguir em muitos momentos os tratados epistolares erasmianos, opta por caminho diverso: aquele em que a epístola é tratada por si mesma, ligada às suas raízes clássicas e em nenhum aspecto tributária da arte epistolar medieval. Aliás, essa ruptura com a forte tradição da epistolografia ligada às chancelarias principescas e voltadas aos assuntos civis, ao mesmo tempo que procuraria recuperar completamente a tradição epistolar da Antiguidade clássica, seria um dos grandes diferenciais de Vives em relação aos tratadistas anteriores.

A partir daí, Vives define, na carta-dedicatória a Alonso de Idiáquez, secretário de Carlos V, a epístola como tão-somente uma conversa entre pessoas ausentes (*sermo absentium per litteras*), cujo objetivo é comunicar fielmente conceitos e pensamentos de quem escreve para um determinado destinatário, possibilitando, assim, ao unir aqueles que estão separados fisicamente, a comunhão de espíritos (VIVES 2; FANTAZZI, 1989, v.III). Ou, para dizer com a excepcional Luísa Sigea – uma das maiores humanistas do período –, em uma de suas cartas, aquela remetida de Burgos, em outubro de 1555, a Giovanni Francesco Canobio, o comércio epistolar alivia o sofrimento da ausência (*levare enim solet absentium desiderium epistolarum vicissitudo*), porque retrata a alma dos interlocutores (*animorum effigies*) como testemunha da destreza nas letras e da excelência do gênero de vida. Além disso, Luísa Sigea acrescenta que se é próprio da pintura delinear os contornos do corpo, à epístola caberia tratar justamente da intimidade da alma (*haec extrema corporis delineat, illa intima effingit*) ao exprimir fielmente como que ao vivo e para o amigo *in absentia* todos os movimentos e segredos da alma de quem escreve, o que dificilmente se daria a ver numa conversa presente (BOURDON & SAUVAGE, 1970, pp.102-107).

Antes dela, porém, Henrique Caiado, numa epístola a Marcelo Virgílio, remetida de Bolonha em 1501, já havia se referido ao fato de a troca epistolar entre amigos constituir-se, antes de tudo, num dom (numa “graça”, portanto aparentada em grande parte às mercês régias) que mutuamente se atribuem. Enquanto espera ansiosamente pela saída do prelo das obras do amigo, varão singular pela erudição e pelos costumes, e os últimos lances da lima que trarão o nome de Virgílio das trevas à luz, Caiado demanda que lhe seja outorgada a honra de ser visitado por escrito (*si quoque litteris me visitabis*) – claramente um pedido para que sua epístola receba resposta –, o que estaria em conformidade à veneração recíproca e ao princípio ciceroniano da amizade como forma de amor verdadeiro (*liquido intelligam pietati erga te meae amorem in me tuum aliqua ex parte respondere*) (SÁ, 1983, pp.167-170).

Segundo Vives, em sua origem, na Antiguidade clássica, a epístola era utilizada apenas para tratar de questões de índole pública ou privada, cujo exemplo mais bem acabado são as de Cícero para Atticus, entretanto, com seus usos posteriores, tudo acabava por poder constituir matéria epistolar, desde história antiga, direito, discussões filosóficas cerradas, assuntos mais quotidianos e triviais, e todas as disciplinas e matérias que se tratam entre pessoas presentes (VIVES 3 e 4). Por isso, Vives é instado a afirmar que “epístola”, em sentido geral, pode ser considerado todo escrito que vai precedido de uma saudação, com a ressalva de se guardar o caráter e estilo de epístola (VIVES 4).

Se nos tratados de Erasmo, os gêneros oratórios (deliberativo, judiciário e epidítico) são a linha mestra da classificação das epístolas para a definição de suas características (decoros) internas, revelando assim a forte influência dos tratados de retórica, em Vives, o peso dessa mesma tradição retórica é ainda mais evidente, porém dado agora sob outro prisma, estrategicamente complementar àquele de Erasmo, no que sinaliza a análise da especificidade da epístola através das partes do discurso (invenção, disposição e elocução).

Para Vives, as epístolas podem ser de vários tipos, no entanto, basicamente, elas podem ser divididas em: de coisas que afetam a quem escreve ou recebe, ou de coisas alheias. No primeiro caso, em particular, distinguem-se as de gênero consultivo, conciliatório, petitório, comendatório, panegírico, consolatório, laudatório etc. Quanto à divisão, uma epístola compreendia várias partes: um começo em forma de *intitulatio* onde devem constar os nomes de quem escreve e do destinatário, e uma saudação breve, como, por exemplo, “Tullius Cicerus Attico Salutem Plurimum Dicit”. E se fecha com breve despedida: um simples e singelo “Vale” é mais do que suficiente.

Após isso, o *De conscribendis epistolis* segue com o exame mais detido das linhas centrais da *inventio* e, dentro dele, do exórdio, mesmo porque, para Vives, as regras que doutrinam a parte relativa à descoberta dos argumentos se liga necessariamente àquela da *dispositio* que anuncia o assunto da epístola. Entretanto, Vives também esclarece que a invenção em todos os tipos de discurso não é fruto de artifícios, mas de prudência, vale dizer, de habilidade, memória, julgamento e experiência (*ex ingenio, memoria, iudicio atque usu rerum*); assim, as regras propostas em seu tratado, além de não esgotarem de forma alguma os meandros da arte epistolar pouco efeito fazem se não houver a contrapartida da experiência e da prática.

A partir daqui, é importante considerar o decoro retórico e as variáveis pragmáticas envolvidas no contexto de interlocução, isto é, quem escreve, para quem se escreve e sobre o que se escreve (VIVES 6 e 73), ou, nos termos das lapidares *quaestiones* da retórica, *quis, quem, quod*. Em relação a “quem escreve”, Vives afirma que compreende em seu escopo os diferentes tipos de relações que se tem com o interlocutor, tendo em vista os *topoi* de genealogia, estrato social, erudição, idade, ou seja, mais precisamente, se o remetente se enquadra na categoria de estranhos ou conhecidos, amigos ou inimigos; qual tipo de relação de amizade que se mantém (casual ou duvidosa, íntima ou distante) e qual o tipo de relação hierárquica (simétrica ou assimétrica). Em relação ao destinatário (“para quem se escreve”), deve-se avaliar o que ele é em termos de genealogia, estrato social, *status* (se é livre ou



servo, se tem boa ou má reputação, se é ocupado ou ocioso, se é opinioso ou benevolente etc.), erudição, habilidades e caracteres morais (se é triste ou brincalhão, sério ou simpático, afável, acessível ou irascível), para armar melhor as estratégias de captação da benevolência na abertura da epístola. Pode-se referir também a si mesmo pessoalmente ou sobre os assuntos que tocam direta ou indiretamente ao próprio destinatário. Tudo isso, então, estabelecerá não só o bom ânimo do destinatário em relação ao que vai escrito e a veracidade daquilo que se disse, mas também o tom da epístola, que deverá ser simples como a conversação entre ausentes, portanto em forma de *sermo* e não em forma de *oratio*, atualizando uma fortuna crítica já de longuíssima tradição.

Acrescenta imediatamente que se há de começar falando de si mesmo ou de suas coisas ou do assunto do qual se escreve, ao modo de um pequeno exórdio. E recomenda, ainda, sobretudo, que: "Devemos prestar atenção especial em dar a entender que mais nos movemos atraídos pelas virtudes do destinatário que sugestionados por sua fortuna, e ao recordar as virtudes do destinatário que não se manifeste nenhuma sombra de lisonja" (VIVES 73).

Quanto à ordem das partes na epístola, a *dispositio*, não há ordem fixa, podendo-se escolher segundo demandar o tema ou segundo o gosto particular, uma vez que nada mais agrada do que a simplicidade sem adornos, pois, conforme a autoridade das epístolas de Cícero, é possível reconhecer uma certa falta de preocupação relativa à ordem que as matérias são tratadas; sua distribuição não respeita hierarquia, sendo tratadas com um certo à vontade em sua elaboração (VIVES 58).

Na parte dedicada à dicção, Vives, retomando o que disse acerca do exórdio, afirma que deve ser simples, porque a epístola nada mais é que:

uma espécie de retrato ou reprodução da fala quotidiana e uma espécie de diálogo continuado, e foi inventada para não outro objetivo do que transmitir e representar as conversações daqueles que estão ausentes um do outro. Além disso, sua função principal é reproduzir o mais fielmente possível o tom de conversa e do discurso familiar. (VIVES 71)

Entretanto, não é qualquer tipo de colóquio que a epístola deve emular, porém estrategicamente o colóquio entre pessoas prudentes e ilustradas (*prudendum et... eruditorum*), cujo grau de excelência e virtude se revela na ficção da troca de enunciados entre eles. Mais ainda: essa conversa quotidiana deve ser retoricamente simples, direta e natural (*simplex esse debet et rectus et naturalis*), ao mesmo tempo que eticamente pura e casta (*purus et casta*), pois cabe apenas aos ignorantes e aos dissolutos a fala adulterada e sórdida. Em verdade, discursos repletos de ornatos, polidos ao extremo e embelezados pelas flores da retórica apenas fazem salientar arrogância, pedantismo e infantilidade da ostentação mais óbvia.

Dessa forma, em matéria de eloquência, o único adorno permitido por Vives para a arte epistolar é o da simplicidade, isto é, a cuidada ausência de ornamentos. Do contrário, seguindo a opinião dos epistológrafos da tradição clássica, um discurso obscuro, bombástico e afetado pelo indecoroso de sua composição convida à derrisão como o corvo em penas de pavão, cujo efeito

para o destinatário é mostrar estupidez, inépcia ou confusão por parte de quem escreveu. Luis Vives, em momento algum, defende um discurso árido e desagradável; se o tema e o decoro assim determinarem, pode-se valer de ornamentos, porém “deve ser muito sutil e quase inexistente, com tal recato que não possam ser reconhecidos nem pelos mais perspicazes epistológrafos” (VIVES 77). A displicência bem cuidada – um pouco mais adornada e refinada – dessa *puella plebeia* contrasta com os arranjos de mulher patricia e de suas damas de companhia, vale dizer, cada epístola deve ser agradável ao ser lida (tanto para quem foi enviada, quanto, uma vez salvas do esquecimento, por aqueles da posteridade) e ser objeto de elogio pela dicção ou pela matéria de que trata (VIVES 105).

No que tange à matéria em relação aos aspectos elocutivos, Vives afirma que, em termos gerais, todo discurso que possui uma saudação inicial pode ser considerado uma epístola. Assim as *Tusculanas* são epístola para Brutus; o *Da Amizade*, epístola para Ático; o *Dos Ofícios*, epístola para Marcos; e os discursos *In Verrem* e *Pro Milone*, epístolas para o Senado romano; no entanto, como uma mulher que veste calças e traz espada na bainha não pode ser considerada um homem, da mesma forma não é qualquer emaranhado de papel que pode ser considerado uma epístola, se não possuir as qualidades e a natureza de epístola. Isto porque o mesmo assunto não pode ser tratado da mesma maneira por gêneros diversos, pois o estilo, a dicção, a escolha vocabular e a apresentação da matéria devem mudar em conformidade com os decoros relativos a cada gênero. Por exemplo, era hábito de Cícero utilizar em suas epístolas repetições, acréscimos e retornos a tópicos anteriores, de tal modo livre de ordem como uma conversa informal com um amigo; o mesmo não se dava em seus tratados e discursos mais elaborados e organizados (VIVES 72). Plínio também observava que para a mesma matéria uma coisa é escrever história; outra, bem diferente, é escrever epístolas. Ou seja, o estilo epistolar deve ser conciso e compacto, mas que não se torne árido e sem fôlego, procurando buscar a vitalidade, charme e graça da simplicidade, e evitando conter figuras retóricas elaboradas, alegorias, dicção grandiosa e magnificente, e estrutura rítmica (VIVES, 76).

Um bom exemplo da vitalidade dos preceitos de Vives pode ser claramente apreendido ao examinarmos a epístola do grande humanista italiano Pietro Bembo ao não menos grandioso nas *humanae litterae* Garcilaso de la Vega. Ela possui uma breve *intitulatio* com demonstrações também breves de saudação: “Petrus Bembus Garcilaso Hispano S.P.D. [Salutem Plurimum Dicit]” e se fecha com uma forma disfarçada de “Vale”: o pedido de que a epístola tenha resposta (*nouus... peto*) (LÓPEZ GRIGERA, 1988).

Em linhas gerais, a primeira metade da epístola de Bembo destina-se a fazer o elogio do destinatário em forma de encômio: louvor da alta qualidade moral do destinatário por informações recebidas de amigos em comum e, em particular, de sua poesia, que o remetente havia lido. No que tange a este último ponto, Bembo afirma que Garcilaso havia superado em termos de arte poética a seus contemporâneos espanhóis que se dedicaram a Apolo e as Musas, mas também que, igualmente, havia despertado a emulação mesmo dos italianos, o que é confirmado pelos escritos que lhe foram enviados a Nápoles (*mihi Neapoli super missa scripta*) – algo que “nada se pode ler neste

tempo de mais elegante, mais perfeito e puro ou de maior dignidade". Assim reitera que se regozija de contar com seu apreço e amizade, e o adverte, então, que já conhecia suas virtudes por amigos napolitanos e especialmente por Francistel, amigo mais próximo de Garcilaso.

Até aqui, pode-se facilmente verificar que os decoros que Bembo seguiu para compor sua epístola quadram perfeitamente com aqueles que Vives propôs em seu *De conscribendis epistolis*. Um pouco mais adiante, Bembo se refere a outro dileto amigo de Garcilaso, Honorato, e que Bembo particularmente admira como a um irmão e que o estima como a poucos (*Honoratum enim tam diligo quam se meus esset frater, tanti facio ut aequae perpaucos*). A partir daqui, Pietro Bembo começa a contar a história dos infortúnios da família de Francistel, que, por causa das guerras de Itália e sem provocação ou qualquer culpa, havia sido despojada de seus bens, porém Bembo nutre a esperança que o Imperador logre devolver o que foi injustamente usurpado. Assim fica claro que Bembo escreve para pedir a ajuda estratégica de Garcilaso quanto ao assunto.

Aqui, pode-se flagrar os mesmos interesses que permeiam o tratado epistolar de Vives, ou seja, a afirmação de que o caminho pedagógico a ser trilhado pela escrita de cartas é aquele que contempla ao mesmo tempo *res, verba e mores*, mesmo porque entre linguagem, o universo das práticas e as formas de viver não pode haver diferença, sob pena de se quebrar a cadeia harmônica que vai do cidadão às demandas coletivas; também, ao certo, não se pode retificar uma delas sem que o restante também não se corrija. De fato, o acento demasiado na práxis possui consequências impactantes no campo da pedagogia cívica e, em decorrência disso, nas práticas epistolares.

Nesse sentido, Vives segue de perto aquilo que Lorenzo Valla havia formulado em suas *Elegantiae*, isto é, que o significado mais próprio da linguagem reside no uso, ou ainda, mais especificamente, que importa pouco inquirir sobre o que é alma, pois o mais importante é averiguar como se constitui e quais são suas obras (BUESCU, 1996, p.12; RICO, op.cit. p.110s). Trata-se, então, para utilizar a terminologia de Juan Luis Vives, de uma carta familiar, escrita em *sermo*, em que dialogam em ausência dois varões prudentes, de assunto misto, de tipo laudatório, pois desenvolve basicamente o elogio das virtudes em forma encomiástica, porém, de fundo e caráter comendatício, pois implora pela intercessão do amigo ausente quanto a assunto de litígio.

Assim, de fato, através desse exame da epístola de Bembo a Garcilaso, consegue-se fazer mais clara e objetiva a distância que separa as preceptísticas de Vives e a de Erasmo. Se Erasmo abandona as raízes clássicas da epístola, isto se deve ao fato de propor a classificação das epístolas em gêneros oratórios e a flexibilidade como uma de suas características fundamentais; Vives, por sua vez, amplia a noção clássica de epístola proposta por Cícero de modo a abranger todos os assuntos e manter o estilo sempre simples. Erasmo apresenta o critério temático para classificar as epístolas, todavia para a epístola familiar mescla o critério temático ao oratório; Vives se vale apenas da classificação clássica proposta por Cícero, mais lógica e segundo o destinatário. Por fim, Erasmo, com sua ênfase na retórica, escreve um tratado epistolar para uso didático (da situação do mestre e discípulo, com o viés central da reforma

dos costumes); Vives dirige-se a alguém já experimentado nas letras – escrever epístolas é fruto da prudência e, portanto, da experiência – e guia-o pelos aspectos que ainda não estão codificados nas preceptivas retóricas ou mesmo porque não pertencem a elas (TRUEBA LAWAND, op. cit., p.76-77; FANTAZZI, op.cit., p.16).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDON, Léon & SAUVAGE, Odette. Recherches sur Luisa Sigea. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisboa/Paris: Institut Français au Portugal, tomo XXXI (1970), pp. 102-127.
- BUESCU, Ana Isabel. João de Barros: humanismo, mercancia e celebração imperial. *Oceanos*, 27 (1996), p. 5-17.
- CHOMARAT, Jacques. *Grammaire et Rhétorique chez Erasme*. Paris, 1980, 2v.
- D'AMICO, John. *Renaissance Humanism in Papal Rome*. Humanists and Churchmen on the Eve of the Reformation. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- FANTAZZI, Charles (Ed.). De Conscribendis Epistolis. In: \_\_\_\_\_. *Selected Works of J. L. Vives*. Leiden: E.J. Brill, 1989, v. III.
- FUMAROLI, Marc. Genèse de l'épistolographie classique: thétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque a Juste Lipse. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*. Nov.-Déc. 1978, 78o année, n. 6, pp. 8850-899.
- HENDERSON, Judith Rice. Erasmus and the art of letter-writing. In: MURPHY, James (org.). *Renaissance Eloquence*. Studies in the Theory and Praticce of Renaissance Rhetoric. Los Angeles: UCLA Press, 1998, p.340-365.
- LÓPEZ GRIGERA, Luisa. Notas sobre las amistades italianas de Garcilaso: un nuevo manuscrito de Pietro Bembo. In: *Homenaje a Eugénio Asensio*. Madrid: Gredos, 1988, pp.303-320.
- RESENDE, André de. *Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Coimbra: INIC, 1988.
- RICE JR., Eugene F. Erasmus and the religious tradition. In: KRISTELLER, Oskar P. & WIENER, Philip. *Renaissance Essays*. New York: University of Rochester Press, 1992, pP.176-198.
- RICO, Francisco. *El sueño del humanismo*. De Petrarca a Erasmo. Madrid: Alianza, 1997.
- SÁ, Artur Moreira. *De Re Erasmiana*. Aspectos do erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Braga: Faculdade de Filosofia, 1977.
- \_\_\_\_\_. Henrique Caiado, In: \_\_\_\_\_. *Humanistas Portugueses em Itália*. Subsídios para o estudo de Frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado. Lisboa: INCM, 1983.
- TRUEBA LAWAND, Jamile. *El Arte Epistolar en el Renacimiento español*. Madrid: Támesis, 1996.